



XIV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU

A Gestão do Conhecimento e os Novos Modelos de Universidade

Florianópolis – Santa Catarina – Brasil
3, 4 e 5 de dezembro de 2014.

ISBN: 978-85-68618-00-4

A PERSPECTIVA DA SUSTENTABILIDADE EXPLICITADA EM PLANOS DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR

Lucas Veiga Ávila

UERGS

admlucasveiga@gmail.com

Vitor Francisco Schuch Júnior

UFSM

vfschuch@gmail.com

Lúcia Rejane da Rosa Gama Madruga

UFSM

luciagm@ufsm.br

Thiago Antônio Beuron

UFSM

tbeuron@gmail.com

Angela Cristina Correa

UFSC

angelacorrea@gmail.com

Marta Von Ende

UFSM

martavonende@yahoo.com.br

RESUMO:

O estudo tem como objetivo analisar a perspectiva da sustentabilidade em Planos de Desenvolvimento Institucional (PDIs), em Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), identificando as dimensões que estão abarcadas nos textos da Missão e Visão, associando com as diretrizes do Plano Nacional de Educação. O estudo qualitativo e quantitativo analisou 28 PDI de IFES, por meio de uma pesquisa documental. Foram utilizadas a técnica de análise de conteúdo e estatística descritiva simples. Verificou-se que expressivo número de IFES, não segue a legislação e recomendações dos órgãos de controle e que a sustentabilidade é incipiente no PDI; 50% dos PDIs não possuem explicitadas a Missão e Visão, bem como um expressivo número não está atualizado; os resultados indicam que a maioria das IFES estudadas possui mais explicitada a dimensão social; verificou-se que no Plano Nacional da Educação (PNE), diretrizes para a promoção da sustentabilidade socioambiental, reforçando as iniciativas do Governo Brasileiro na ampliação e fomento de ações educacionais voltadas à sustentabilidade. Com este estudo, pode-se verificar a importância de perceber tais relações no contexto estratégico das IFES reconhecendo este como um caminho apontado na literatura que reforça o papel destas instituições na promoção do desenvolvimento sustentável da sociedade, bem como o PDI representa o veículo legítimo para as instituições explicitarem o seu comprometimento com a sociedade na promoção da sustentabilidade em suas múltiplas dimensões.

1. INTRODUÇÃO

Para analisar a gestão estratégica de uma organização, torna-se necessário conhecer a filosofia institucional, pois ela é um componente do planejamento estratégico que pode revelar muito sobre a organização e sua forma de gestão, evidenciando a missão, visão e valores que nortearão seus objetivos, interesses e ações. A partir da missão, a ação organizacional pode ser canalizada para um conjunto de objetivos e metas estratégicas que nortearão o rumo da organização na direção de sua visão estratégica de futuro. A visão de

futuro, por sua vez, expressa o pensamento estratégico da organização em busca de seus horizontes de longo prazo.

As universidades são um tipo peculiar de organização (Schuch Jr. 1995), que em tempos recentes vem sendo instadas a promover seu desenvolvimento tomando por base um processo de planejamento estratégico que torne explícito o seu pensamento estratégico, ancorado em missão e visão claramente definidas. Nessas organizações, o planejamento estratégico é sintetizado no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Se por um lado são levadas a pensar estrategicamente, por outro não podem se eximir de discutir e contribuir para o principal tema da época: a busca pelo Desenvolvimento Sustentável (DS) e a Sustentabilidade. Porém, esta não é tarefa simples, pois se trata de um objetivo coletivo que depende da mudança de consciência, conhecimento, equilíbrio e diálogo com a sociedade.

O conceito de sustentabilidade centra-se na preocupação com relação ao impacto de ações presentes sobre ecossistemas, sociedades e ambientes do futuro. Ameer e Othman (2012) destacam que tais preocupações devem estar refletidas no planejamento estratégico de organizações sustentáveis, de forma que intenções dessa natureza são operacionalizadas através da adoção de um enfoque de longo prazo e um conjunto mais abrangente de responsabilidades, com foco em práticas éticas, empregados, meio ambiente e clientes.

Nesse contexto, torna-se importante o papel dos órgãos públicos e também das universidades, não apenas como instituições capazes de estimular a consciência socioambiental com argumentos legais e científicos, mas também como entidades que possam servir de exemplo e referência a outras organizações e à comunidade em geral, em função de suas práticas e da postura que adotam com relação à questão.

Araújo e Mendonça (2004) salientam que o papel da educação superior nas discussões sobre sustentabilidade vai além da relação ensino/aprendizagem vista em salas de aula; ele avança para o envolvimento em projetos extraclasse com a comunidade do entorno, visando soluções efetivas para a população local. Embora apresente o papel fundamental no desenvolvimento de uma consciência socioambiental sustentável, a educação não é capaz de implementar a sustentabilidade sem que se tomem medidas concretas (JUCKER, 2002). Cabe às Instituições de Educação Superior (IES) colocar em prática aquilo que ensinam, tornando a sua própria gestão interna um modelo de gestão sustentável influenciando com seus resultados também as organizações das quais seus egressos irão fazer parte.

Diante do exposto, este estudo tem por objetivo analisar a perspectiva da sustentabilidade em Planos de Desenvolvimento Institucional (PDIs) em Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) brasileiras.

2. SUSTENTABILIDADE

O conceito de sustentabilidade e as discussões relacionadas ao Desenvolvimento Sustentável (DS) são cada vez mais recorrentes em diferentes contextos e áreas do conhecimento. Em virtude dos inúmeros problemas sociais e ambientais que estão ocorrendo nas últimas décadas, são crescentes as preocupações sobre como atingir o DS, definido como aquele “capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer com a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações” (WCED, 1987 p.9).

A operacionalização do conceito de DS ganhou diversas conotações e vários modelos alcançaram destaque, tanto no meio acadêmico quanto no empresarial. Um dos principais modelos, que procurou reduzir a sustentabilidade a um padrão mínimo de operacionalização é o denominado *Triple Bottom Line (TBL)* conhecido como Tripé da Sustentabilidade (ELKINGTON, 2012). A sustentabilidade é definida como o “princípio de assegurar que nossas ações hoje não limitarão a gama de opções econômicas, sociais e ambientais disponíveis para as gerações futuras” (ELKINGTON, 2012 p. 20).

Segundo o TBL, o conceito de sustentabilidade se operacionaliza em três pilares: econômico, social e ambiental. A Figura 01 demonstra que as três dimensões devem estar integradas. A dimensão *social* refere-se ao capital humano, comunidade, sociedade como um todo, definindo a necessidade de pagamentos de salários justos e adequados à legislação trabalhista, além de proporcionar outros aspectos como o bem estar dos funcionários. A dimensão *ambiental* refere-se ao capital natural de um empreendimento ou sociedade, indicando que é preciso amenizar o impacto ambiental negativo e compensar o que não é possível amenizar. A dimensão *econômica* refere-se aos temas ligados à produção, distribuição e consumo de bens e serviços, devendo levar em conta outros aspectos que envolvem o setor em que a organização atua (ELKINGTON, 2012).



Figura 01 – O Tripé da Sustentabilidade

Fonte: Elaborado com base em Elkington (2012)

Dentre outros conceitos, resgata-se o proposto por Sachs (2004), que salienta a importância da sustentabilidade para o crescimento do desenvolvimento sustentável, estabelecendo um modelo pautado em oito dimensões que devem estar integradas (Figura 02).

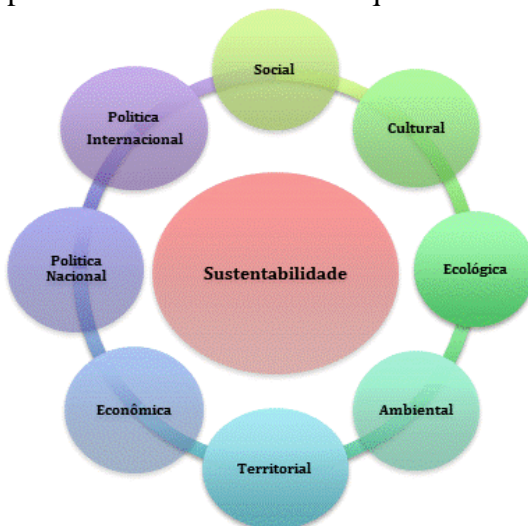


Figura 02: As oito dimensões da Sustentabilidade

Fonte: Elaborado com base em Sachs (2002, p. 71-73)

As oito dimensões propostas estão apresentadas no Quadro 01, com a sua respectiva descrição.

| DIMENSÃO | DESCRIÇÃO |
|---------------|--|
| Social | Refere-se ao alcance de um patamar razoável de homogeneidade social, com distribuição de renda justa, emprego pleno e/ou autônomo com qualidade de vida decente e igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais. |

| | |
|---------------------------------|--|
| Cultural | Refere-se a mudanças no interior da continuidade (equilíbrio entre respeito à tradição e inovação), capacidade de autonomia para elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno (em oposição às cópias servis dos modelos alienígenas) e autoconfiança, combinada com abertura para o mundo. |
| Ecológica | Relaciona-se à preservação do potencial do capital natural na sua produção de recursos renováveis e à limitação do uso dos recursos não renováveis. |
| Ambiental | Trata-se de respeitar e realçar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais. |
| Territorial | Refere-se a configurações urbanas e rurais balanceadas (eliminação das inclinações urbanas nas alocações do investimento público), melhoria do ambiente urbano, superação das disparidades inter-regionais e estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis. |
| Econômica | Refere-se ao desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado, com segurança alimentar, capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção, razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica e inserção soberana na economia internacional. |
| Política (Nacional) | Refere-se à democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos, desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar o projeto nacional, em parceria com todos os empreendedores e um nível razoável de coesão social. |
| Política (Internacional) | Refere-se à eficácia do sistema de prevenção de guerras da ONU, na garantia da paz e na promoção da cooperação internacional, Pacote Norte-Sul de co-desenvolvimento, baseado no princípio da igualdade; controle institucional efetivo do sistema internacional financeiro e de negócios; controle institucional efetivo da aplicação do Princípio da Precaução na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais; prevenção das mudanças globais negativas; proteção da diversidade biológica (e cultural); gestão do patrimônio global, como herança comum da humanidade; sistema efetivo de cooperação científica e tecnológica internacional e eliminação parcial do caráter <i>commodity</i> da ciência e tecnologia, também como propriedade da herança comum da humanidade. |

Quadro 01: Dimensões da Sustentabilidade

Fonte: Elaborado com base em Sachs (2004)

A sustentabilidade está atrelada ao equilíbrio das dimensões e a sua sinergia. Cabe destacar que a sustentabilidade teve seu surgimento há várias décadas. Um dos acontecimentos marcantes nesta área foi a conferência Eco-92 que teve com um dos seus principais resultados a Agenda 21, documento que reforçou a importância de cada país em se comprometer a refletir, global e localmente, sobre a forma pela qual governos, empresas, organizações não governamentais e todos os setores da sociedade poderiam cooperar no estudo de soluções para os problemas socioambientais. Cada país desenvolveu a sua Agenda 21 e no Brasil as discussões foram coordenadas pela Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional (CPDS), ligadas a ONU. A Agenda 21 se constitui em um instrumento de reconversão da sociedade industrial rumo a um novo paradigma, que exige a reinterpretação do conceito de progresso, contemplando maior harmonia e equilíbrio holístico entre o todo e as partes, promovendo a qualidade, não apenas a quantidade do crescimento (AGENDA 21, 2004).

Izakovičová e Oszlányi (2011) salientam que as questões que envolvem a sustentabilidade são modernas e consistem inevitáveis pré-condições para a existência futura da humanidade, uma vez que estão se sobressaindo especialmente no último período, quando problemas ambientais acumulados superam um quadro puramente ecológico e se tornam uma questão existencial.

O Brasil é um dos países onde mais avança o conceito de sustentabilidade e a aplicação de tecnologias capazes de oferecer alternativas eficientes de desenvolvimento sustentável (ALIGLERI; ALIGLERI; KRUGLIANSKAS, 2009). Segundo esses mesmos autores, as organizações que praticam a busca pela gestão socioambiental orientada, estão obtendo vários ganhos de caráter intangível como a imagem de marca e reputação, além de valores intangíveis, como solidariedade, projetos, dentre outros.

Neste estudo a sustentabilidade será abordada tomando-se como base o modelo de Elkington (2012) ampliado pelas dimensões cultural, política e territorial, resgatadas de Sachs (2004), conforme ilustrado na Figura 03.

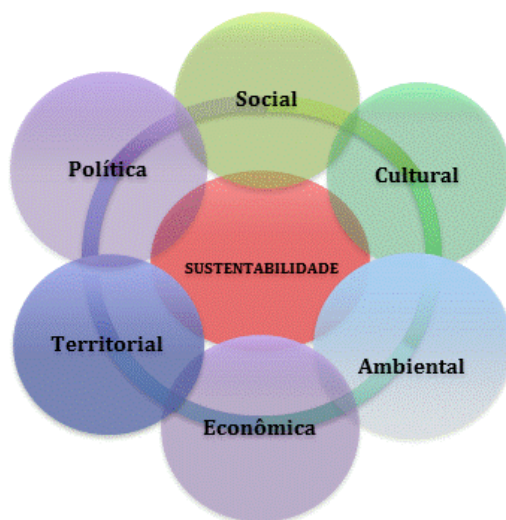


Figura 03: As seis dimensões da sustentabilidade

Fonte: Elaborado com base em Elkington (2012) e Sachs (2004)

As dimensões a serem utilizadas neste estudo são de suma importância para a análise do contexto atual da sustentabilidade, em especial nas IFES, que se destacam pelo importante papel no desenvolvimento social, cultural, ambiental, econômico, territorial e política (nacional e internacional).

2.1. EDUCAÇÃO E SUSTENTABILIDADE NO ENSINO SUPERIOR

Termignoni (2012) salienta que a Educação para a Sustentabilidade surgiu no ano de 1970, momento em que o foco para o papel educacional começou a ter destaque. As universidades se esforçaram para definir e ao mesmo tempo assumir seu papel no que se refere ao ensino para um futuro sustentável. Os encontros internacionais que realizaram procuraram respostas coletivas para os problemas a serem enfrentados.

Barbieri (2012) salienta que a Educação para a Sustentabilidade no Brasil começou a ter destaque em 1988, como um importante instrumento de políticas públicas, estabelecido pela constituição da República Federativa do Brasil, pela Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) e pela Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). A partir da Lei N. 6.938 de 31/08/8, que define a PNMA, estabelece que todas as modalidades de ensino formal e informal devem incluir a Educação para a Sustentabilidade em seus programas de forma permanente, inclusive nos programas de treinamentos e desenvolvimento de pessoas, realizados por organizações públicas e/ou privadas.

Tauchen (2007) discute a existência de duas correntes de pensamento quanto ao seu papel das IES frente ao DS. A primeira corrente enfatiza o caráter educador dessas instituições, como produtoras e disseminadoras de conhecimento, possuindo grande responsabilidade na formação dos futuros tomadores de decisão perante as questões relacionadas ao DS. A segunda corrente salienta as ações ligadas à sustentabilidade praticada nos *campi* universitários, considerando o papel multiplicador das IES na busca de alternativas de solução para os problemas concretos da sociedade (TAUCHEN, 2007).

No âmbito dos eventos destacou-se a Declaração de Talloires na França, de 1950, que reuniu mais de 400 universidades de várias regiões do mundo, e a declaração de Luneburg de 2001, que reuniu 1.000 instituições na *Global Higher Education For Sustainability (GHESP)*,

Conferência sobre o Ensino Superior para o DS. Mais recentemente, em 2009, evidencia-se a *Alternative University Appraisal (AUA)*, Comunidade das Universidades Asiáticas, que visa fortalecer as estratégias de Educação para a Sustentabilidade como um pacto global (TERMIGNONI, 2012). Para essa mesma autora, a Educação para a Sustentabilidade adquiriu grande importância devido ao movimento pelo DS. O final do século XX e o início do século XXI foram marcados pela criação de diferentes organizações voltadas para esta finalidade.

Termignone (2012) salienta que também foram criadas algumas associações entre instituições, como a Rede Universitária de Programas de Educação Ambiental (RUPEA) das Universidades Brasileiras, a *Association for the Advancement of Sustainability in Higher Education (AASHE)*, Associação para o Avanço da Sustentabilidade no Ensino Superior das Universidades dos Estados Unidos e Canadá; a *People & Planet Green League - Liga de Pessoas & Planeta Verde*, das universidades do Reino Unido e a *AUA*, Avaliação Universitária Alternativa das universidades Asiáticas. Barbieri (2012) enfatiza que até a Rio-92, as universidades praticamente não estavam engajadas na discussão global acerca do DS de modo que as declarações realizadas anteriormente (Tailloires e Halifax) enfocaram principalmente o caráter educacional das IES.

Diante desse panorama, se as instituições realmente praticarem o discurso normalmente considerado o mais adequado, de que a sustentabilidade e a responsabilidade social são produtos da organização, as mesmas colherão bons resultados, desde o aumento da produtividade, da lucratividade assim como a existência de funcionários, docentes e discentes mais responsáveis sustentavelmente (SEVERO; DELGADO; PEDROZO, 2006).

Engelman, Fracasso e Tometich (2012) salientam que as práticas e estruturas dos sistemas de gestão ambiental em IES podem variar dependendo da sua localização geográfica, dimensão, condições do ambiente local, capacidade de aproveitamento de oportunidades, cooperação interinstitucional, capacidade de concretização de parcerias com entidades muito diferentes e outros aspectos.

O papel das IES na promoção do desenvolvimento sustentável da sociedade também foi destacado por Zitzke (2002) ao afirmar que a educação é importante para a dimensão ambiental, uma vez que atua como tradutora do conhecimento técnico e científico para a compreensão de todos os envolvidos nas questões ambientais, ao mesmo tempo em que possa induzir o pensamento crítico, buscar demonstrações ou justificativas e não aceitar sem análise a implantação de qualquer projeto que ofereça riscos sociais ou ambientais.

Barth e Rieckmann (2012) enfatizam que a Educação para a Sustentabilidade no Ensino Superior representa um novo desafio para o sistema acadêmico, uma vez que muitas universidades realizam atividades para a sua implementação, e vários estudos apontam barreiras para a inserção da sustentabilidade nos currículos.

A inserção da sustentabilidade como tema transversal, segundo Nobre, Menezes e Frega (2012) pauta-se na Teoria Construtivista e precisa desenvolver o discente em cinco dimensões: a consciência, o conhecimento, a atitude, a capacidade e a participação; pilares fundamentais para uma sociedade sustentável centrada no desenvolvimento da autonomia, da produção de conhecimento e de cultura, e voltada para a formação de pessoas com pensamento coletivo.

Shrivastava (2010) salienta que nossas práticas atuais de ensino na gestão sustentável estão repletas de fatos científicos, ferramentas analíticas, modelos de otimização e técnicas de gestão destacando que um dos pilares para a aprendizagem da sustentabilidade na educação é a pedagogia da paixão com o objetivo de auxiliar os estudantes a compreenderem e resolverem problemas. Para esse mesmo autor, a paixão para a sustentabilidade pode ser ensinada utilizando uma pedagogia holística que integra a aprendizagem física, emocional e espiritual com a intelectual.

Na Política Nacional de Educação Ambiental, Lei N. 9.795, de 27 de abril de 1999, a educação ambiental é enfatizada como componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal. Juntamente com o Decreto 4.281/2002, passou a ser um requisito legal exigido das IES do país para o reconhecimento de seus cursos., conforme estabelece o Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação. Pelo instrumento de avaliação de cursos adotado pelo INEP atualmente, há necessidade de integração da educação ambiental às disciplinas dos cursos de modo transversal, contínuo e permanente.

A política prevê que, ao poder público, nos termos dos artigos 205 e 225, da Constituição Federal Brasileira (CFB), cabe a responsabilidade de definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente (CNE, 1999).

Com o advento da Conferência RIO + 20, a sustentabilidade voltou à pauta, ocupando o pensamento e as preocupações de 190 chefes de diversas nações, que propuseram mudanças sobre o uso dos recursos naturais do Planeta. Como resultado deste movimento, foi proposta à educação brasileira a inserção da sustentabilidade na formação do discente em todos os níveis de ensino, com a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Ambiental (MEC, 2012). Tal normativa prevê que as instituições educacionais devem observar e levar em conta o compromisso, o papel socioeducativo, ambiental, artístico, cultural e as questões de gênero, etnia, raça e diversidade que compõem as ações educativas.

O Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio de 2011/2020 também estabelece Diretrizes para a promoção da sustentabilidade socioambiental (PNE, 2011), reforçando as iniciativas do Governo Brasileiro na ampliação e fomento de ações educacionais voltadas à sustentabilidade.

Diante do exposto, percebe-se que a Educação para a Sustentabilidade tem sido contemplada em diferentes documentos que regulamentam o ensino brasileiro colocando o tema em evidência e demonstrando o processo evolutivo das diretrizes e regulamentações. Ao longo dos anos esta temática tem sido resgatada em diferentes fóruns e instrumentos legais que procuram reger a forma como deve ser inserida na educação formal e informal.

3. PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

O Ministério da Educação (MEC) brasileiro vem realizando, nas últimas décadas, uma série de mudanças no sistema de ensino. Como parte integrante e articuladora desse processo, está o Conselho Nacional de Educação (CNE) que criou um conjunto de diretrizes e políticas com o propósito de promover a melhoria contínua da qualidade da educação superior brasileira, por meio da Lei N. 10.861, de 14 de abril de 2004 regulamentou o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Um dos mecanismos instituído por ocasião desta legislação foi o PDI, documento de caráter estratégico que orienta o desenvolvimento da IES por um período de cinco anos.

De acordo com as diretrizes do MEC, o PDI consiste num documento em que se definem a missão da IES e as estratégias para atingir seus objetivos e metas incluindo o cronograma e a metodologia de implementação, observando a coerência e a articulação entre as diversas ações, a manutenção de padrões de qualidade e, quando pertinente, o orçamento. Apresenta ainda, um quadro-resumo contendo a relação dos principais indicadores de desempenho, que possibilite comparar, para cada um, a situação atual e futura (MEC, 2012).

O PDI deverá ser apresentado pela IES no momento em que solicitar ao MEC qualquer um dos seguintes procedimentos: credenciamento; credenciamento periódico; autorização de cursos superiores de graduação, tecnológicos, sequenciais; credenciamento

para a oferta de ensino a distância; e autorização de cursos fora de sede para as universidades (INEP, 2011).

Os dispositivos legais de orientação à elaboração de PDI estão sintetizados no Quadro 02.

Lei Nº 9.394/1996 – LDB; **Lei** Nº 10.861/2004 - SINAES;
Decreto Nº 2.494/1998; **Decreto** Nº 3.860/2001; **Decreto** Nº 4.914/2003; **Decreto** Nº 5.154/2004;
Decreto Nº 5.224/2004; **Decreto** Nº 5.225/2004; **Decreto** Nº 5.773/2006;
Portaria MEC Nº 301/1998; **Portaria** MEC Nº 1.466/2001 **Portaria** MEC Nº 2.253/2001; **Portaria** MEC Nº 3.284/2003; **Portaria** MEC Nº 2.051/2004; **Portaria** MEC Nº 3.643/2004; **Portaria** MEC Nº 4.361/2004;
Portaria MEC Nº 7/2004;
Resolução CES/CNE Nº 2/1998; **Resolução** CNE/CP Nº 1/1999; **Resolução** CES/CNE Nº 1/2001;
Resolução CP/CNE Nº 1/2002; **Resolução** CES/CNE Nº 10/2002;
Parecer CES/CNE Nº 1.070/1999.

Quadro 02: Legislação pertinente, decretos e portarias.

Fonte: Elaborado com base em MEC (2012).

O Decreto Presidencial N. 5.773, de 09 de maio de 2006, dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de IES e apresenta no artigo 16 os itens que deverão constar do PDI, conforme sintetizado no Quadro 03.

| Diretrizes | Objetivos |
|-------------|--|
| I | Missão, objetivos e metas da instituição, em sua área de atuação, bem como seu histórico de implantação e desenvolvimento, se forem o caso; |
| II | Projeto pedagógico da instituição; |
| III | Cronograma de implantação e desenvolvimento da instituição e de cada um de seus cursos, especificando-se a programação de abertura de cursos, aumento de vagas, ampliação das instalações físicas e, quando for o caso, a previsão de abertura dos cursos fora de sede; |
| IV | Organização didático-pedagógica da instituição, com a indicação de número de turmas previstas por curso, número de alunos por turma, locais e turnos de funcionamento e eventuais inovações consideradas significativas, especialmente quanto à flexibilidade dos componentes curriculares, oportunidades diferenciadas de integralização do curso, atividades práticas e estágios, desenvolvimento de materiais pedagógicos e incorporação de avanços tecnológicos; |
| V | Perfil do corpo docente, indicando requisitos de titulação, experiência no magistério superior e experiência profissional não acadêmica, bem como os critérios de seleção e contratação, a existência de plano de carreira, o regime de trabalho e os procedimentos para substituição eventual dos professores da Figura; |
| VI | Organização administrativa da instituição, identificando as formas de participação dos professores e alunos nos órgãos colegiados responsáveis pela condução dos assuntos acadêmicos e os procedimentos de auto avaliação institucional e de atendimento aos alunos; |
| VII | Infraestrutura física e instalações acadêmicas com relação à biblioteca, laboratórios e plano de promoção de acessibilidade; |
| VIII | Oferta de educação à distância, sua abrangência e polos de apoio presencial; |
| IX | Oferta de cursos e programas de mestrado e doutorado; |
| X | Demonstrativo de capacidade e sustentabilidade financeiras. |

Quadro 03: As dez diretrizes do PDI

Fonte: Elaborado com base em MEC (2012)

A Portaria do MEC N. 40, de 12 de dezembro de 2007, que instituiu o Sistema E-MEC (Sistema eletrônico de acompanhamento de processos que regulam a educação superior no Brasil), dispõe sobre a utilização do PDI no processo de avaliação institucional externa e dos cursos de graduação das IES (MEC, 2012).

4. MÉTODO

A perspectiva utilizada neste estudo caracterizou-se como predominantemente qualitativa. Na concepção de Strauss e Corbin (2008), os métodos qualitativos podem ser usados para explorar áreas substanciais sobre os quais pouco se sabe, ou sobre as quais se

5. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Com objetivo de identificar as dimensões da sustentabilidade no texto da *Missão* e da *Visão* dos PDI, realizou-se os seguintes procedimentos: preparação das informações (seleção e codificação) dos textos da *Missão* e da *Visão* (unitarização ou transformação do conteúdo em unidades de análise; categorização, e, descrição; e interpretação e tratamento estatístico das categorias).

As categorias correspondem às dimensões da sustentabilidade conforme o modelo teórico proposto para este estudo, constituindo-se em: social, cultural, ambiental, econômica, territorial e política (nacional e internacional). A Figura 05 apresenta o resultado da análise de conteúdo e interpretação das dimensões da sustentabilidade.

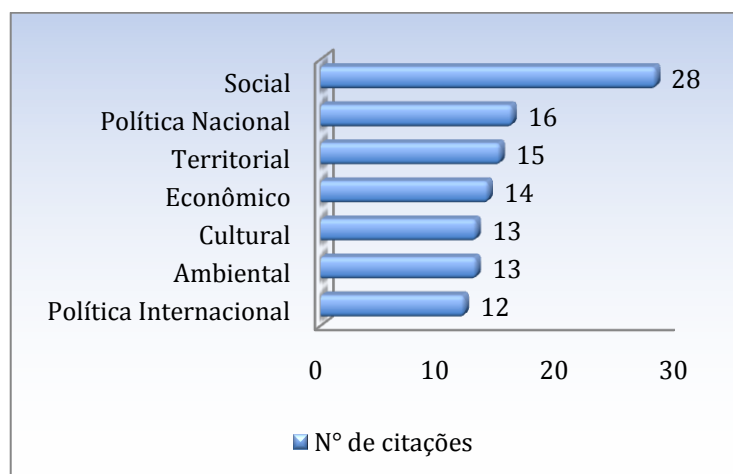


Figura 05: Dimensões da sustentabilidade

As evidências demonstraram que a maioria das IFES analisadas possui a dimensão social explicitada na *Missão* e também na *Visão*. Visualizou-se que grande parte delas explicita as dimensões política nacional, territorial e econômica, além da cultural, ambiental e política internacional. Essas dimensões apontam que as IFES possuem como estratégia o fortalecimento das relações sociais no contexto nacional, em especial nos aspectos territoriais e econômicos. Entendendo-se a dimensão territorial como questão bastante voltada para as questões locais e regionais. Os resultados apontam que um grupo de IFES está voltado para a internacionalização, ressaltando os aspectos culturais e ambientais.

É importante mencionar a questão da internacionalização que representa uma das grandes preocupações de muitas instituições, tendo em vista a necessidade de inserção em processos de pesquisa, mobilidade acadêmica e cooperação internacional.

Apresenta-se a seguir as análises realizadas no *software Nvivo8* nas três categorias: [*Missão e Visão*], [*Missão*] e [*Visão*]. Na Figura 06 estão evidenciadas as 50 principais palavras em destaque na categoria *Missão e Visão* das IFES.



Figura 06: Missão e Visão das IFES

Verifica-se que as palavras desenvolvimento, ensino, formação, sociedade, pesquisa e extensão apresentaram maior destaque na missão e visão das IFES. Outros termos como excelência, qualidade, conhecimento, social, cultural e científico obtiveram destaque como temas emergentes, apresentando evidências mais fortes em algumas categorias, como é o caso da excelência na visão.

Na Figura 07, apresentam-se os 50 principais termos em evidência no conteúdo da *Missão* das IFES, verificando-se que os destaques estão nas palavras desenvolvimento, extensão, formação, conhecimento, ensino, pesquisa e sociedade.



Figura 07: Missão das IFES

Na Tabela 01, apresenta-se a interpretação e o tratamento estatístico das principais evidências identificadas na *Missão*. Esse procedimento de análise foi realizado com objetivo de agrupar evidências que possuem mesma raiz e/ou significado. Utilizou-se a frequência das observações visando depurar a análise, classificando-se os vinte primeiros termos mais citados.

Tabela 01 – Missão das IFES

| N. | Palavra em destaque | Quantidade | N. | Palavra em destaque | Quantidade |
|----|---------------------|------------|----|---------------------|------------|
| 01 | Profissional | 25 | 11 | Sustentável | 11 |
| 02 | Conhecimento | 25 | 12 | Democrática | 11 |
| 03 | Referência | 21 | 13 | Socializar | 10 |
| 04 | Científico | 20 | 14 | Excelência | 10 |
| 05 | Produção | 16 | 15 | Contribuir | 10 |
| 06 | Desenvolvimento | 15 | 16 | Construção | 10 |

| | | | | | |
|----|---------------|----|----|------------|----|
| 07 | Regional | 14 | 17 | Consolidar | 10 |
| 08 | Internacional | 13 | 18 | Sociedade | 09 |
| 09 | Comprometida | 12 | 19 | Qualidade | 09 |
| 10 | Tecnológico | 11 | 20 | Integrada | 09 |

Por meio dessas evidências, percebe-se que as IFES estão buscando em sua missão, a formação de profissionais com foco na excelência e no conhecimento, procurando tornar-se referência nos contextos regional e/ou internacional, buscando o desenvolvimento da produção científica e atribuindo destaque às questões de sustentabilidade e qualidade, assim como a interação com a sociedade.

Corroborando as evidências, citam-se dois exemplos na categoria *Missão*:

Produzir, sistematizar e socializar o saber científico, tecnológico e cultural, visando à formação e à participação do ser humano no exercício profissional, com solidariedade, ética e reflexão crítica, buscando sempre a construção de uma sociedade mais justa, soberana e democrática (Universidade Federal de Ouro Preto).
Produzir, sistematizar e socializar o saber filosófico, científico, artístico e tecnológico, ampliando e aprofundando a formação do ser humano para o exercício profissional, a reflexão crítica, a solidariedade nacional e internacional, na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática e na defesa da qualidade da vida (Universidade Federal de Santa Catarina).

Na Figura 08 apresentam-se as 50 palavras destacadas na *Visão* das IFES, realizadas por meio do *Software Nvivo8*, onde se verifica que os destaques estão nas palavras desenvolvimento, ensino, excelência e sociedade.



Figura 08 – Visão das IFES

Na Tabela 02, apresenta-se a interpretação e o tratamento estatístico das principais evidências identificadas na *Visão*, destacando os vinte primeiros termos mais citados.

Tabela 02 – Visão das IFES

| N. | Palavra em destaque | Quantidade | N. | Palavra em destaque | Quantidade |
|----|---------------------|------------|----|---------------------|------------|
| 01 | Conhecimento | 25 | 11 | Democrática | 11 |
| 02 | Universidade | 23 | 12 | Sustentável | 11 |
| 03 | Referência | 21 | 13 | Tecnológico | 11 |
| 04 | Comunidade | 19 | 14 | Atividades | 10 |
| 05 | Excelência | 19 | 15 | Científica | 10 |
| 06 | Cultural | 15 | 16 | Centro | 10 |
| 07 | Desenvolvimento | 15 | 17 | Consolidar | 10 |
| 08 | Internacional | 13 | 18 | Continuada | 10 |
| 09 | Comprometida | 12 | 19 | Estudantes | 10 |

| | | | | | |
|----|-------------|----|----|------------|----|
| 10 | Bibliotecas | 11 | 20 | Multicampi | 10 |
|----|-------------|----|----|------------|----|

Por meio dessas evidências, percebe-se que as IFES estão buscando em sua *Visão*, ser referência na comunidade científica internacional, comprometendo-se com a excelência na produção do conhecimento, atuando de forma democrática e sustentável e promovendo o desenvolvimento tecnológico, cultural e social.

Corroborando as evidências citam-se dois exemplos na categoria *Visão*:

Ser uma universidade líder no processo de desenvolvimento tecnológico, científico, cultural e socioeconômico no âmbito local, e referência regional e nacional com relevante inserção internacional, caracterizada por avançadas formas de gestão e organização acadêmico-administrativas (Universidade Federal da Paraíba).

Ser referência nacional e internacional como universidade multicampi integrada à sociedade e centro de excelência na produção acadêmica, científica, tecnológica e cultural (Universidade Federal do Pará).

A Tabela 03 apresenta as palavras que foram destacadas na *Missão* e também na *Visão* das IFES e sua relação com as Diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE, 2011-2020). As palavras utilizadas para estabelecer a relação foram selecionadas dentre as 20 mais citadas no grupo de 50 palavras selecionadas para análise, e que, apareceram como evidências tanto no texto da *Missão* quanto no da *Visão*.

Tabela 03 – Relação das Diretrizes do PNE com a *Missão* e a *Visão* das IFES

| Diretrizes do PNE (2011-2020) | Palavras comuns à Missão e Visão | Diretrizes com maior evidência |
|--|---|--|
| I. Erradicação do analfabetismo; II. Universalização do atendimento escolar; III. Superação das desigualdades Educacionais; IV. Melhoria da qualidade do ensino V. Formação para o trabalho VI. Promoção da sustentabilidade socioambiental; VII. Promoção humanística, científica e tecnológica do País; VIII. Estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto; IX. Valorização dos profissionais da educação; e, X. Difusão dos princípios da equidade, do respeito à diversidade e a gestão democrática da educação. | <ul style="list-style-type: none"> • Comprometimento • Conhecimento • Democrático • Desenvolvimento • Excelência • Internacional • Referência • Sustentável • Tecnológico | <ul style="list-style-type: none"> ➤ Melhoria da qualidade do ensino; ➤ Promoção da sustentabilidade socioambiental; ➤ Promoção humanística, científica e tecnológica do País; e ➤ Difusão dos princípios da equidade, do respeito à diversidade e a gestão democrática da educação. |

Verifica-se que as palavras comprometimento, conhecimento, democrático, desenvolvimento, excelência, internacional, entre outras, possuem maior destaque na *Missão* e na *Visão* das IFES. Outros termos como referência, sustentável e tecnológico obtiveram destaque como temas emergentes. A Tabela 03 apresenta a relação entre essas evidências e as diretrizes do PNE. Considerou-se importante estabelecer tal relação pelo significado do PNE como um instrumento norteador das ações da educação brasileira, o qual é elaborado por meio de um processo democrático participativo que envolve diferentes segmentos, níveis de ensino e regiões do país.

O PNE também estabelece diretrizes para a promoção da sustentabilidade socioambiental, reforçando as iniciativas do Governo Brasileiro na ampliação e fomento de ações educacionais voltadas à sustentabilidade.

As palavras chaves identificadas na *Missão* e também na *Visão* estão evidenciadas nas Diretrizes do PNE. Destaca-se a relação entre as palavras conhecimento e excelência com a diretriz de *melhoria da qualidade do ensino*. Os termos desenvolvimento, sustentável e

tecnológico associam-se à diretriz *promoção da sustentabilidade socioambiental*. Os termos democrático e comprometimento estão voltados para a *promoção humanística, científica e tecnológica do País*. As palavras referência, sustentável, democrático, entre outras, também possuem relação com a *difusão dos princípios da equidade, do respeito à diversidade e a gestão democrática da educação*.

A relação entre as evidências do estudo e as Diretrizes do PNE não se esgotam nas referências anteriormente destacadas, existindo amplas possibilidades para que novas evidências e relações sejam estabelecidas. Com este estudo pretende-se enfatizar a importância de perceber tais relações no contexto estratégico das IFES reconhecendo este como um caminho apontado na literatura que reforça o papel destas instituições na promoção do desenvolvimento sustentável da sociedade.

Nesse processo, o Plano de Desenvolvimento Institucional representa o veículo legítimo para as instituições explicitarem o seu comprometimento com a sociedade na promoção da sustentabilidade em suas múltiplas dimensões, conforme ficou evidenciado neste estudo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As IFEs são organizações reconhecidamente importantes como agentes de promoção da sustentabilidade. Nesse estudo, buscou-se identificar como essas instituições tem incorporado esse papel de forma explícita nos seus planos de desenvolvimento institucional.

A partir da análise dos textos da *Missão* e da *Visão*, buscou-se verificar quais as dimensões da sustentabilidade são mencionadas nos PDIs. Os resultados indicam que a maioria das IFES estudadas possui mais explicitada a dimensão social, visando o fortalecimento das relações sociais no contexto nacional, em especial nos aspectos territoriais e econômicos. Esta dimensão refere-se ao capital humano e se pauta pelas relações estabelecidas pelas IFES com a sociedade na medida em que procuram satisfazer seus anseios e estarem atentas a um processo de formação que esteja espelhado em valores e não somente em concepções de natureza técnica.

No que se refere às principais palavras-chaves em evidência na *Missão*, destacam-se as palavras profissional, conhecimento, referência, científico, produção, desenvolvimento, regional, internacional, comprometida e tecnológica. Na *Visão*, destacam-se as palavras conhecimento, universidade, referência, comunidade, excelência, cultural, desenvolvimento, internacional, comprometida e bibliotecas.

Na comparação com as diretrizes do PNE, foi evidenciado que as palavras conhecimento e excelência estão alinhadas com a diretriz de *melhoria da qualidade do ensino*, termos como desenvolvimento, sustentável e tecnológico associam-se à diretriz *promoção da sustentabilidade socioambiental*. Outros termos, como democrático e comprometimento estão voltados para a *promoção humanística, científica e tecnológica do País*. E por fim, as palavras referência, sustentável, democrático, entre outras, também possuem associação com a *difusão dos princípios da equidade, do respeito à diversidade e a gestão democrática da educação*.

A atuação e as práticas das IFES no contexto da sustentabilidade podem variar dependendo da sua localização geográfica, dimensão, condições do ambiente local, capacidade de aproveitamento de oportunidades, cooperação interinstitucional, capacidade de concretização de parcerias com entidades muito diferentes e outros aspectos. Porém, elas são agentes fundamentais para a promoção da sustentabilidade na sociedade, e o processo educativo é de suma importância, em especial a Educação para a Sustentabilidade, uma vez que ela atua como tradutora do conhecimento técnico e científico para a compreensão de todos os envolvidos nas questões socioambientais.

Esse estudo possibilitou visualizar a realidade das IFES, observando-se quais os aspectos da sustentabilidade estão sendo evidenciados e de que forma se inserem no pensamento estratégico. Neste processo, as IFES, podem ser fundamentais para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, democrática, equilibrada e sustentável.

O estudo desenvolvido demonstrou que, em alguma medida, as IFES analisadas se alinham com o conceito de sustentabilidade e representou uma oportunidade para que se pudesse perceber a importância de pesquisas desta natureza, ampliando o conhecimento acerca do processo de desenvolvimento deste conceito em organizações que têm grande responsabilidade no contexto social. Deixa-se em aberto a possibilidade para novos estudos que possam analisar as diferenças regionais, as dificuldades e facilidades em levar as propostas estratégicas adiante e também as práticas que tais instituições já desenvolveram em prol da educação e da inserção da sustentabilidade em seus contextos de atuação.

REFERÊNCIAS

AGENDA 21: **Ações prioritárias/Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. Disponível em <<http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/arquivos/consulta2educacao.pdf>>. Acesso 10 de novembro de 2012.

ALIGLERI, L.; ALIGLERI, L. A.; KRUGLIANSKAS, I. **Gestão socioambiental: responsabilidade e sustentabilidade do negócio**. São Paulo: Atlas, 2009.

AMMER, R.; OTHMAN, R. Sustainability practices and corporate financial performance: a study based on the top global corporations. **Journal of Business Ethics**, n.108, p.61-79, 2012.

ARAÚJO, G. C.; MENDONÇA, P. S. M. Analysis of Implantation Process of Enterprise Sustainability Rules: Study Of Case In The Beef Agro Industry. **RAM – REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO MACKENZIE**, V. 10, N. 2. MAR./ABR. 2004.

BARBIERI, J. C. **Educação ambiental e gestão ambiental na formação de um administrador: uma visão do quadro regulatório**. São Paulo: Ottoni, 2012.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. LDA, Lisboa, Portugal. 2009.

BARTH, Mathias; RIECKMANN, Marco. Developing teaching staff as a catalyst for change curriculum for education for sustainable development: a perspective of output. **Journal off Cleaner Production**. Vol. 26. P.28-36, May, 2012.

BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade**. 2.ed. São Paulo:Atlas, 2004.

Conselho Nacional de Educação - CNE. **A educação ambiental**. 1999. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm> Acesso em: Jan. 2012.,

CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA CFB. **Constituição Federal da República do Brasil de 1988**. Disponível em: www.amperj.org.br/store/legislacao/constituicao/crfb.pdf Acesso em: 18 de Dez. 2012.

CORBIN, J. **Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed,2008.

ELKINGTON, John. **Sustentabilidade, canibais com garfo e faca**. São Paulo: M. Books do Brasil Ltda, 2012.

ENGELMAN, Raquel; FRACASSO, Edi Madalena; TOMETICH, Patricia. Gestão ambiental em universidades brasileiras Environmental management in brazilian universities. In: XIV ENGEMA. **Anais**. São Paulo, 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. Planejamento Educacional. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/superior-sinaes>> Acesso em: Abril 2012.

- IZAKOVIČOVÁ, Z.; OSZLÁNYI, J. **Reflection on the concept of sustainable development: progress in the slovak republic.** Disponível em <<http://www.eolss.net/ebooklib/ebookcontents/E1-53-ThemeContents.pdf>> Acesso em: 11 de out. 2012.
- JUCKER, R. “Sustainability? Never heard of it” Some basics we shouldn’t ignore when engaging in education for sustainability. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, 3, 1, 8-18. 2002.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC. **Sistema de acompanhamento de processos das Instituições de Educação Superior – SAPIEnS/ Plano de Desenvolvimento Institucional/Diretrizes para elaboração.** Disponível em <<http://www2.mec.gov.br/sapiens/pdi.htm>> Acesso em: Maio. 2012.
- MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Portugal, v. 9, n. 37, p. 7-32, 1999.
- NOBRE, Farley Simon; MENEZES, Glauco Gomes; FREGA, José Roberto. The social constructionist perspective for management education in sustainable business. **Journal The Academy of Business in Society**. p.01-05, Abr. 2012.
- Plano Nacional de Educação - PNE. **Por um plano nacional de educação (2011-2020) como política de estado.** Anped. Rio de Janeiro, 2011.
- SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** 4ª Ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- SACHS, I. **Desenvolvimento:** Includente, Sustentável, Sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- SEVERO, L. S.; DELGADO, N. A.; PEDROZO, E. Á. A emergência de “inovações sustentáveis”: questão de opção e percepção: In: SIMPÓSIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO, LOGÍSTICA E OPERAÇÕES INTERNACIONAIS, 9., 2006, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FGV-Eaesp, Produção) – UFSC, Faculdade de Engenharia.
- SHRIVASTAVA, Paul. Pedagogy of Passion for Sustainability. **Journal Academy of Management Learning & Education**. Vol.9, No. 3, 443–455, 2010.
- TAUCHEN, Joel. **Um modelo de gestão ambiental para implantação em Instituições de Educação Superior.** Passo Fundo, 2007. 149p. Dissertação (Dissertação de Mestrado em Engenharia) - UPF, Faculdade De Engenharia e Arquitetura.
- TERMIGNONI, L. D. F. **Framework de sustentabilidade para Instituições de Educação Superior comunitárias.** Dissertação 215 f. (Dissertação de Mestrado) PUC/RS. Porto Alegre 2012.
- VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração.** São Paulo: Atlas, 2005.
- WCED - Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento: **Nosso Futuro Comum**, 1987. Disponível em <<http://www.un-documents.net/wced-ocf.htm>>. Acesso em: Novembro de 2012.
- ZITZKE, Valdir Aquino. Educação ambiental e eco desenvolvimento. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, 9, p.175-188, jul.-dez. 2002. Porto Alegre, 2002.
- SCHUCH JR., Vitor Francisco. **A Estrutura da Universidade em Questão:** o Caso da Universidade Federal de Santa Maria. 61 RBAE Brasília v. 11 n. 2 p. 59-96 jul./dez. 1995